

Título: Cotas raciais nas instituições brasileiras: um embate longe do fim

Autor(es) Diogo Brilhante Wanderley Silva

E-mail para contato: virginiamai@uol.com.br

IES: FCC

Palavra(s) Chave(s): Cotas Raciais; Aplicabilidade; Eficácia

RESUMO

A cota racial é um instituto recente para a inclusão dos negros, pardos e índios nas instituições brasileiras, sejam elas de ensino ou de serviço público. Nesse sentido, a adoção dessa espécie de ação afirmativa tem seu fundamento essencial no que tange ao princípio da dignidade da pessoa humana, garantido pela nossa Constituição. Contudo, tais políticas têm sido alvo de impugnações no sentido de relativizar o princípio da isonomia. Dessa forma, o Brasil tem travado um acirrado debate sobre a concessão, ou não, das cotas raciais que está longe de acabar. Inicialmente, pergunta-se: os critérios utilizados são justos para a concessão das cotas raciais? Qual o melhor critério para definirmos uma pessoa como negra ou parda? Essas são algumas questões que denotam a complexidade de tal matéria, tornando necessária a abordagem deste tema para que se possa definir de maneira prudente e com critérios justos a forma de sua aplicação, visando minimizar os possíveis efeitos colaterais que a sua aplicação possa trazer e apontar os pontos positivos de sua adoção, contribuindo para uma sociedade mais justa. Para tanto, devemos em primeiro lugar analisar as questões que cercam a política de cotas raciais nas instituições públicas brasileiras, seus aspectos legais e suas razões de existência. Em segundo, abordar a origem histórica dos afrodescendentes no Brasil, identificando seu contexto social e verificando as medidas tomadas à época para a minimização ou não da desigualdade social racial, sendo imprescindível uma análise histórica do tema proposto. Em terceiro, estudar as questões legais das cotas raciais, levantando possíveis preceitos, esclarecendo alguns pontos ainda obscuros para a adoção das cotas que afetam tanto a quem faz jus, quanto a quem não está inserido na ação afirmativa, e, por fim, exemplificar possíveis soluções mais eficazes para minimizar a desigualdade social racial, estabelecendo critérios adequados para a aplicabilidade da política de cotas raciais. Pode-se caracterizar a pesquisa como analítica, já que visa ampliar o conhecimento do pesquisador, confrontando-a com a realidade encontrada no dia a dia, e descritiva, visto que procura descrever e entender as influências sofridas pela adoção das cotas raciais frente às necessidades da população negra, parda e indígena, procurando classificar, expor e interpretar os fatos relacionados ao estudo. Por fim, pode-se apontar que os resultados alcançados foram que os critérios utilizados para a concessão das cotas atualmente não são justos, já que dentro do mesmo grupo vulnerável possuem indivíduos em situação mais desvantajosa do que outros do mesmo grupo, caracterizando o seu desvirtuamento, ademais possibilitam que alguns oportunistas se favoreçam dos benefícios trazidos pelas cotas. Logo, entende-se que o critério que deve ser aplicado às cotas raciais é o critério misto que conjuga valores histórico-culturais e socioeconômicos, o que combateria as distorções apresentadas durante este trabalho. Assim, a mera criação de políticas universais com o fito de melhorar a qualidade de ensino básico e proporcionar melhores condições de competição entre todos os membros da sociedade, mostrou-se ineficaz diante da morosidade inerente às características dessas políticas e de sua má administração. Talvez, a criação do Cadastro Nacional de Cotas Raciais proposto neste trabalho, que visa inovar a aplicação das cotas raciais e adequá-las ao nosso contexto social possa atingir essa finalidade, porém, a sua aplicação ainda depende de calorosos embates que devem ser realizados pelas partes beneficiadas e não beneficiadas. Dessa maneira, condenar a adoção das cotas raciais ignorando as desigualdades existentes é sem dúvida regredir às origens da sociedade brasileira, mas adotar uma forma eficaz para integrar todos os indivíduos de nossa sociedade é sem dúvida garantir a justiça, a diversidade e a dignidade de todos.